

Brasília, 30 de maio de 2014

A

Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Izabella Teixeira


Ilma Sra.


Ao cumprimentá-la cordialmente, vimos por meio desta encaminhar requerimento de urgência para apreciação da proposta de resolução sobre a prioridade de aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, conforme o § 4º do Artigo 21 da Lei 9.984 de 2.000. Anexo à proposta de Resolução, encaminhamos um documento com a justificativa de urgência conforme determina o Artigo 12º do Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.


A proposta apresentada pelos Conselheiros representantes dos segmentos usuários de recursos hídricos no CNRH, abaixo assinados, se propõe a complementar a Resolução CNRH nº 147 e responder desafios urgentes do processo de implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Atenciosamente,



X PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON
INDÚSTRIA


MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS
INDÚSTRIA



ANICIA BATTISTELA PIO
INDÚSTRIA


SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO
INDÚSTRIA


SEPRO/DSG/CGGA/MMA	
Recebi em:	30/05/2014.
Ass: DENAL	Hora: 17:00




JAIME TEIXEIRA AZULAY
PRESTADORES DE SERVIÇO PÚBLICO DE
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E
ESGOTAMENTO SANITÁRIO



SILVIO RENATO SIQUEIRA
PRESTADORES DE SERVIÇO PÚBLICO DE
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E
ESGOTAMENTO SANITÁRIO




IVO MELLO
IRRIGANTES




WILSON AGOSTINHO BONANÇA
IRRIGANTES




JOVENILSON ALVES DE SOUZA
SETOR HIDROVIÁRIO



WILSON DE AZEVEDO FILHO
PESCADORES E USUÁRIOS DE ÁGUA PARA O LAZER
E TURISMO



DEMETRIOS CHRISTÓFIDIS
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO



FLAVIO ANTONIO NEIVA
CONCESSIONÁRIAS E AUTORIZADAS DE
GERAÇÃO HIDRELÉTRICA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
RESOLUÇÃO Nº XXX, DE XXXXX 2014

Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros da parcela destinada ao custeio administrativo das entidades delegatárias.

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, no uso de suas competências previstas na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e no Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003, e

Considerando a receita da Agência Nacional de Águas, ANA, especialmente toda aquela destinada ao cumprimento da função para a qual foi criada, de acordo com os Arts. 1º e 3º da Lei nº 9984 de 2000, ou seja, implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos, como integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, estabelecendo regras para a sua atuação, sua estrutura administrativa e suas fontes de recursos.

Considerando que a referida Lei, dentre as competências estabelecidas para a ANA, tem-se, no seu artigo 4º inciso VII – estimular e apoiar as iniciativas voltadas para a criação de Comitês de Bacia Hidrográfica, e no inciso IX - arrecadar, distribuir e aplicar receitas auferidas por intermédio da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, na forma do disposto no art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997;

Considerando a Lei nº 9984/2000, quando disciplina o inciso IX supracitado e determina, em seu § 6º, que a aplicação das receitas de que trata o inciso IX será feita de forma descentralizada, por meio das agências de bacia de que trata o Capítulo IV do Título II da Lei nº 9.433, de 1997;

Considerando que o Art. 28 da Lei nº 9984/2000 alterou a redação do Art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, acrescentando setenta e cinco centésimos por cento do valor da energia elétrica produzida, ao percentual a ser pago pelo titular da concessão ou autorização para exploração do potencial hidráulico, a título de compensação financeira pelo uso de recursos hídricos,

Considerando que os recursos correspondentes ao percentual acrescido foram destinados ao Ministério do Meio Ambiente para a aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, nos termos do art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997

Considerando os princípios regidos da gestão de recursos hídricos - descentralização e participação,

Considerando a Lei 9.433, de 1997, Art.3º, inciso II, em que se coloca a necessidade de adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País e desse modo, reconhecendo que cada entidade delegatária, prevista na Lei n.º 10.881/2004, poderá ter estruturas e arranjos distintos, e, conseqüentemente, custos administrativos, também distintos;

Considerando que a delegação de competência às atuais entidades delegatárias para o exercício das funções de agência de bacia, com seus respectivos arranjos institucionais, foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, mediante reconhecimento de que sua viabilidade financeira seria assegurada com recursos pela cobrança do uso dos recursos hídricos;

Considerando a apresentação realizada pela ANA na 83ª Reunião da CTCOB sobre sua a execução orçamentária, que comprova sustentabilidade financeira para a manutenção do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos,

Considerando apresentação realizada pelas entidades delegatárias das funções de agência de bacia na 83ª Reunião da CTCOB sobre sua a execução orçamentária que demonstram a insustentabilidade do custeio das entidades delegatárias, dentro do atual cenário de repasse de recursos da cobrança pelo uso da água;

Considerando que a Resolução CNRH nº 147 de 13 de dezembro de 2012 estabeleceu as prioridades para a aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água para o período de 2013 – 2015,

Considerando a importância de se garantir a sustentabilidade financeira do custeio das entidades delegatárias, por representarem atualmente, de maneira inequívoca, o suporte técnico aos comitês de bacia hidrográfica conferindo operacionalidade ao princípio da descentralização da gestão de recursos hídricos.

Considerando a necessidade de consolidação de entendimentos quanto ao uso dos valores destinados ao custeio das entidades delegatárias, e dos valores destinados aos investimentos na bacia,

Resolve:

Art 1º Acrescentar às prioridades estabelecidas pela Resolução CNRH nº 147 de 2012 para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no *caput* do art. 22 da lei nº 9.433/97, para o período 2013-2015 o custeio administrativo das entidades delegatárias, de forma a garantir sua estrutura técnico-administrativa para o exercício das suas atribuições e a eficácia no cumprimento das metas definidas nos respectivos contratos de gestão;

Art 2º Instituir um Grupo de Trabalho para analisar e propor alternativas de ordem institucional para a solução dos problemas operacionais e estruturais da sustentabilidade econômico financeira das entidades delegatárias, no exercício das funções de Agência de Bacia Hidrográficas.

Art. 3º Estipular o prazo - de 120 dias para apresentação das propostas ao CNRH

Artº4 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA

Presidente

NEY MARANHÃO

Secretário Executivo

JUSTIFICATIVA DE REQUERIMENTO DE URGÊNCIA PARA APRECIÇÃO DE PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE AS PRIORIDADES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

O Brasil conta com uma legislação de recursos hídricos robusta baseada em conceitos, princípios e diretrizes modernos. A adoção da bacia hidrográfica com unidade de planejamento e gestão, a orientação para a garantia dos múltiplos usos da água e um processo de tomada de decisão descentralizado com a participação dos setores usuários da água e das organizações da sociedade civil são avanços importantes. Baseada nas orientações da Constituição Federal, a Lei 9.433 de 1997, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos - SINGREH. As Leis 9.984 de 2000 e 10.881 de 2004 complementaram esse arcabouço, que vem sendo ajustado frente aos problemas concretos e objetivos enfrentados no processo de implementação da Política de Recursos Hídricos e consolidação do SINGREH.

Para a presente justificativa, cabe particular referência aos ajustes promovidos em decorrência da Lei 10.881 de 2004 que estabeleceram segurança jurídica para a delegação de competência das funções de agência de bacia. Gestada no âmbito deste Conselho Nacional de Recursos Hídricos, com intensa participação da Agência Nacional de Águas – ANA e das representações dos setores usuários, a figura da delegação de competência supriu a lacuna deixada em função da não criação pelo poder público das Agências de Bacia conforme preconizadas na Lei 9.433 de 1997. Àqueles que acompanharam esse debate, é sempre relevante lembrar que tramita até hoje no Congresso Nacional o Projeto de Lei 1616 de 1999.

Atualmente é por meio da delegação de competência das funções de agência de bacia que se consolida o processo de descentralização da gestão dos recursos hídricos. Conforme o rito determinado pela Lei 10.881 de 2004 a delegação de competência é feita pela ANA, por demanda dos Comitês de Bacia e com anuência desse Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. Mais próximas aos Comitês de Bacia Hidrográfica e das especificidades das respectivas bacias hidrográficas, as entidades delegatárias vem prestando um apoio importante na materialização da gestão de recursos hídricos no Brasil. As atividades dessas entidades têm sido sustentadas pelas receitas da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias onde já está implementada a cobrança dos setores de saneamento, industrial, agricultura e outros usos relevantes e, nos primeiros anos de atividade, pelo dote dado pela ANA às entidades no âmbito do mesmo contrato de gestão. Na bacia hidrográfica do Paranaíba, onde o respectivo comitê de bacia não aprovou a cobrança aos demais setores usuários, o custeio e a sustentabilidade da entidade delegatária é garantida pelos recursos arrecadados pela cobrança pelo uso da água paga pelo setor elétrico (§ 2º, Art. 28 - Lei 9984/2.000).

Os setores usuários de recursos hídricos acompanham o processo de implementação do sistema de gestão dos recursos hídricos. O setor industrial, por exemplo, conta com mais de

700 representantes em colegiados de recursos hídricos. Os representantes dos usuários ocupam posições nas direções dos Comitês de Bacia, nas câmaras técnicas e nos conselhos de administração das entidades delegatárias contribuindo de forma efetiva com o gerenciamento das águas do País. No âmbito do CNRH o setor usuário participativa ativa e assiduamente de todas as reuniões plenárias e de Câmaras Técnicas. A capilaridade da representação dos setores usuários da água permite uma ampla visão do processo de implementação da política nacional de recursos hídricos.

Passaram-se mais de 15 anos da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e mais de 10 anos do instituto da delegação de competência das agências de bacia hidrográfica, sem que nenhuma avaliação sobre o processo de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos tenha sido debatida no âmbito do CNRH para identificar ajustes necessários. Com relação às entidades delegatárias, após esse período já existem informações suficientes para que uma avaliação integrada e sistêmica do modelo de delegação de competência adotado seja realizada. A partir da pressão dos usuários as discussões sobre eficiência na aplicação dos recursos arrecadados ganhou espaço no SINGREH. Com empenho das próprias entidades delegatárias, da ANA e dos Comitês de Bacia, as entidades delegatárias vêm apresentando melhorias importantes na capacidade de aplicação dos recursos arrecadados.

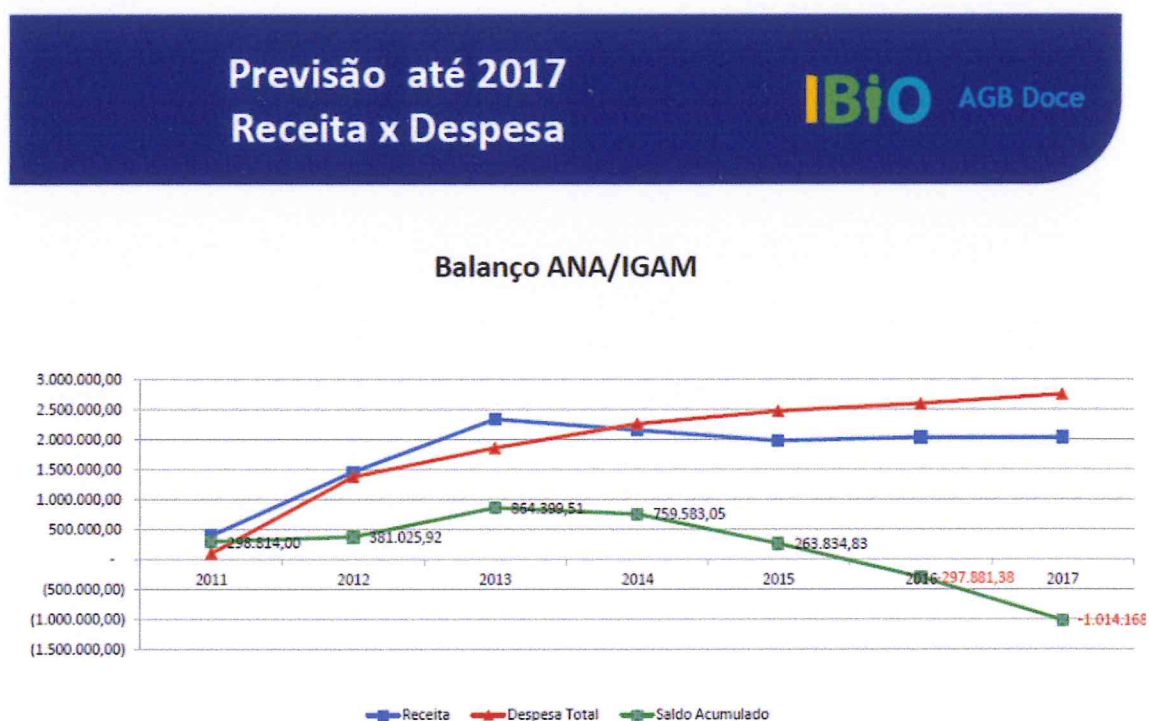
Uma série de ajustes incrementais estão sendo implementados, na maioria das vezes baseados em reclassificação das despesas e ajustes nas formas de contratação, destacando-se a adoção da figura da gerenciadora de projetos. Entretanto, persistem importantes reservas de recursos aplicados no mercado financeiro aguardando que a burocracia permita que se tornem investimentos efetivos nas bacias hidrográficas. É fundamental que haja disposição política de todos os setores envolvidos na gestão dos recursos hídricos para enfrentar um debate sobre os aspectos estruturais do modelo de delegação de competência adotado, seus custos e benefícios para a materialização dos princípios do SINGREH.

O empenho da ANA e das entidades delegatárias na melhoria da eficiência do sistema também mostra resultados na qualificação das metas e indicadores dos contratos de gestão que regem a delegação de competência, dentre eles, cabe destacar o índice de desembolso dos recursos a fundo perdido. Entretanto, o sistema ainda carece de indicadores finalísticos para o monitoramento das repercussões das ações de gestão de recursos hídricos no equilíbrio entre a disponibilidade qualitativa e quantitativa de recursos hídricos com o conjunto das demandas, inclusive a conservação ambiental, da bacia hidrográfica. Os esforços empreendidos apresentaram importantes avanços, sem uma solução estrutural para o desafio de viabilizar o custeio das atividades administrativas e de gestão das entidades delegatárias. O avanço no tratamento dos efluentes domésticos e industriais associado ao incremento na eficiência no uso da água em todos os setores usuários indica que as receitas oriundas da cobrança pelo uso dos recursos hídricos tem tendência decrescente.

A Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso da Água, em sua 83ª reunião, convidou as entidades delegatárias e a ANA para apresentar o contexto da sustentabilidade econômico-financeira do custeio de suas operações. As apresentações mostraram uma situação crítica e urgente de insolvência da maioria das entidades delegatárias frente ao custeio de suas operações e uma situação orçamentária confortável na ANA. A apresentação da ANA foi esclarecedora ao

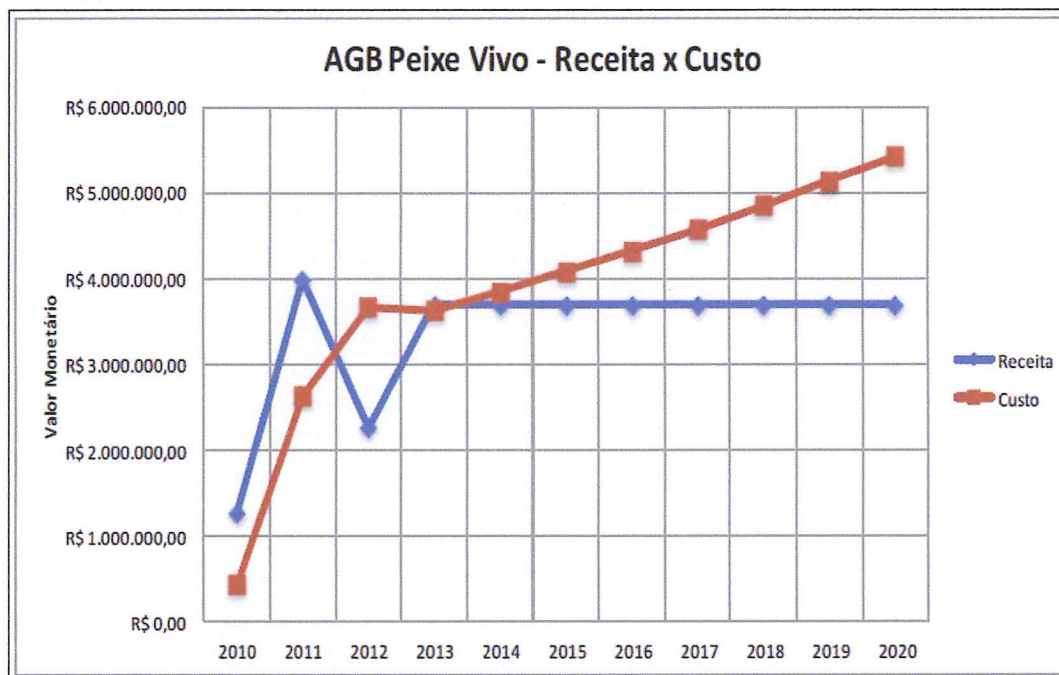
demonstrar a possibilidade de enquadrar o apoio às entidades delegatárias como investimento finalístico da ANA que tem como missão “... implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos, integrando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”.

Na sequência são reproduzidos os gráficos apresentados pelos gestores das delegatárias na referida reunião. O material apresentado pela ANA não está reproduzido nessa justificativa, pois até o momento não foi disponibilizado na página web do CNRH. Na oportunidade houve descompasso entre a urgência do problema e o encaminhamento da CTCOB. A Câmara Técnica propõe dar sequência aos debates para definir quais encaminhamentos poderiam ser adotados quanto à sustentabilidade financeira destas entidades. Entretanto, considerando os ritos e ritmos do CNRH e Câmaras Técnicas, na visão mais otimista, tais encaminhamentos só chegariam ao plenário no final de 2014. Por outro lado, o descompasso entre receitas e despesas de custeio das entidades delegatárias já está presente em 2013 conforme pode ser observado nas figuras abaixo:





AGB PEIXE VIVO PROJEÇÕES RECEITA X CUSTO (7,5%)

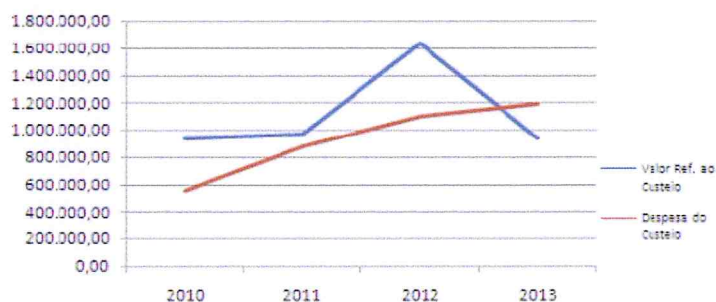


Previsão de Despesas de Custeio para os próximos anos x estimativa dos 7,5% da cobrança

Período	Quant. Func.	Valor Ref. ao Custeio	Despesa do Custeio	%
2010	7	934.893,13	552.681,80	59,12%
2011	9	961.672,74	876.372,23	91,13%
2012*	8	1.635.239,54	1.098.269,24	67,16%
2013	6	933.946,97	1.190.979,83	127,52%
Subtotal :		4.465.752,39	3.718.303,10	

Do total repassado em 2012, R\$ 14.421.441,49 referem-se ao valor que vinha sendo depositado em juízo pela Companhia Siderúrgica Nacional – CSN;

Comparativo entre a Receita e a Despesa com Custeio



Paralelamente ao processo de discussão no âmbito do CNRH, a ANA colocou em consulta pública duas propostas de Resolução de sua Diretoria Colegiada que tratam do "Enquadramento de Despesas pelas Entidades Delegatárias de Funções de Agência de Água" e a "Seleção e Recrutamento de Pessoal". Ambos os textos, seguem a linha de ajustes incrementais no modelo posto aportando uma contribuição importante a solucionar o problema pontual.

Mesmo reconhecendo que existem importantes desafios para otimizar a governança do sistema delegatárias-comitês de bacia, os representantes dos setores usuários de recursos hídricos que subscrevem este pedido de urgência entendem que é urgente garantir o equilíbrio econômico-financeiro do custeio da operação dessas entidades, até que se debata e pactue uma alternativa de longo prazo que garanta eficiência e sustentabilidade das instâncias técnicas descentralizadas. Essa discussão deve estar inscrita no contexto amplo de implementação do SINGREH, sem tratar o sistema Comitês de Bacia-Entidade Deletaria como autônomo. Ao propor esse debate ao CNRH dois pontos são destacados: (I) a situação confortável das receitas advindas da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, que montam aproximadamente 350 milhões de reais/ano sem contingenciamento; (ii) e a necessidade urgente de um debate aprofundado sobre a efetividade do modelo de gestão das águas adotadas pelo País em face dos impactos dos eventos de 2013 na região metropolitana de São Paulo, no nordeste e na região amazônica.

Pelos motivos expostos propomos que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos retome seu papel orientador da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e acolha esse debate, oriente a aplicação das receitas do SINGREH para solucionar a situação de curto prazo e se proponha a ser o *locus* institucional do debate sobre os ajustes estruturais necessários a dar mais celeridade e efetividade à Política. Para tanto, o primeiro passo proposto pelos representantes dos setores usuários é a aprovação da minuta de Resolução sugerida com vistas a criar uma situação de conforto parcial de curto prazo para as entidades delegatárias e viabilizar um ambiente institucional propício para uma discussão com foco nos médio e longo prazos sobre os aspectos estruturais do SINGREH no âmbito do CNRH.